

História Local nas Universidades Estaduais do Norte brasileiro: uma investigação curricular das Licenciaturas em História

Gabriel Costa de Souza,¹ UFRRJ

Resumo

O artigo tem como objetivo central compreender o espaço da História Local no processo de formação dos discentes dos cursos de Licenciatura de História nas Universidades Estaduais do Norte brasileiro. A pesquisa adota a metodologia estatística e a análise de conteúdo como ferramentas de investigação dos currículos das instituições acadêmicas nortistas que normatizam o ensino de História Local. Deste modo, insere-se esta pesquisa no âmbito da História da Educação, procurando compreender as estruturas conceituais, metodológicas, e pedagógicas que fundamentam a normatização da História Local e a sua relação com a formação docente.

Palavras-chave: Ensino de História; História da Educação; História Local; Universidades Estaduais do Norte.

Abstract

The article aims to understand the space of Local History in the process of training students of history degree courses at the State Universities of Northern Brazil. The article adopts statistical methodology and content analysis as research tools of the curricula of northern academic institutions that standardize the teaching of Local History. Thus, this research is included in the history of education, seeking to understand the conceptual, methodological, and pedagogical structures that underlie the standardization of Local History and its relationship with teacher education.

Keywords: History Teaching; History of Education; Local History; Northern State Universities.

Introdução

Porque diferentemente das demais atividades desempenhadas pelo Historiador, a docência apresenta resultados a curto, médio e longo prazo. Por exemplo, um pesquisador não sabe quando nem que lugares sociais os resultados de suas pesquisas serão (re)conhecidos ou mesmo terão visibilidades; já o docente de História tem a noção, ao fim da aula dada, do semestre concluído, ou do ano letivo finalizado de que elementos, aspectos e acontecimentos da História seus alunos compreenderam e quais competências e habilidades estes serão capazes de desenvolver, além de poder cultivar a convicção de que os conteúdos e saberes apreendidos nas aulas de História fazem diferença no processo de formação do cidadão (SILVA, 2011, p. 5).

As instituições acadêmicas têm aprofundado um contemporâneo debate acerca da mobilização de processos de ensino-aprendizagem que conectem os territórios, ocupados e

¹ Graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atuou como bolsista do Programa de Residência Pedagógica (2020/2021), bolsista do Programa de Iniciação à Docência da UFRRJ (2018/2020), além de ter desempenhado a representação discente no Colegiado de Curso de História (2019/2020). E-mail de contato: prof.gabriel.costa.souza@gmail.com

experienciados pelos estudantes, com a ação pedagógica cotidiana. A formação docente, nesse modelo, surge como esteio dessa relação que expressa os êxitos e as adversidades locais dos grupos comunitários em que a instituição escolar está inserida.

A função social do docente de história, como evidencia o excerto acima da obra *Novas metodologias no ensino de história local*, passa a orientar como o local é observado histórico-temporalmente, se há um movimento de (re)conhecimento dos espaços ocupados, qual o nível de enraizamento memorial que os alunos mobilizam para esse território e, sobretudo, se existe a habilidade de correlacionar historicamente as escalas global-nacional-regional-local. Pensando nisso, as matrizes curriculares dos professores figuram como um profícuo espaço de análise da formação docente, as habilidades teórico-metodológicas que esse profissional é capaz de engendrar em suas atividades, enfim, se a aproximação dos estudantes com o local/regional, correlacionada a outras escalas, ocorrerá de maneira adequada pedagogicamente.

Essas reflexões nos tensionam a refletir sobre o letramento teórico, metodológico e prático experienciado pelos licenciandos em história, especificamente das Universidades Estaduais, da Região Norte do Brasil – marcada por sua heterogeneidade cultural, social e econômica. Os futuros docentes de História formados nessas Universidades possuem um letramento básico sobre o local/regional? Essa formação acontece nas diferentes modalidades e turnos de ensino? Como esses componentes compreendem o localismo/regionalismo?

O desenvolvimento desta investigação oportunizará a busca por essas indagações, bem como ressaltará o cerne investigativo: o espaço do local/regional nos currículos das Universidades Estaduais nortistas. Para tanto, proponho a organização deste artigo em três eixos que facilitarão o entendimento do objeto investigado.

No primeiro eixo, *Ensino de História Local: os fundamentos conceituais*, apresenta-se uma síntese conceitual sobre a História Local como objeto de investigação no âmbito dos estudos histórico-territoriais, bem como destaca-se a relação do localismo com os ambientes de letramento, sobretudo os espaços acadêmicos.

No segundo eixo, *Mapeamento analítico dos currículos: as diretrizes metodológicas para a investigação curricular do ensino de História Local*, detalha-se os instrumentos investigativos usados nos processos de obtenção, catalogação e verificação dos resultados desta análise, além de detalhar os padrões estabelecidos para o seu profícuo entendimento.

O terceiro eixo de análise, *História Local/Regional nas Universidades Estaduais Nortistas: um panorama atual da formação dos licenciandos em História*, demonstra o espaço

ocupado pelo local/regional nas matrizes curriculares, a proporção de ocorrência dos componentes obrigatórios, associados ao localismo, nas variadas modalidades e turnos dos cursos de História, como as territorialidades são entendidas, em síntese, ocorre o detalhamento dos resultados deste estudo.

Ensino de História Local: os fundamentos conceituais

A história desenrola-se sempre nos lugares, no espaço. Tanto quanto às datas e aos tempos, o historiador deve estar atento a esta característica fundamental da história. O espaço não é um continente inerte, mais ou menos valorizado, mais ou menos orientado, é mais do que um quadro, é diferente de um quadro no qual a história se desenrolaria em relativa independência. O espaço produz a história tanto quanto é modificado e construído por ela (LE GOFF, 2006, p. 201).

O espaço, como destaca o medievalista Jacques Le Goff, exerce centralidade do entendimento da História como um fenômeno dinâmico, heterogêneo, complexo e, sobretudo, conectado com a vivência individual e coletiva dos indivíduos ao longo do tempo. Com isso, esse conceito se mostra primordial na investigação da História Local correlacionada com os ambientes de letramento e com os fundamentos histórico-territoriais.

A localismo, como estrutura conceitual, mobiliza distintas teorizações sobre as dinâmicas fundamentais – política, sociedade, cultura, natureza, geografia, entre outros – que moldam os estudos sobre a relação da temporalidade com o território como base nas expressões singulares da vida humana em meio aos aspectos universais que as constituem. A História Local, assentada nos estudos do território, é a correlação de escalas, a ampliação da observação crítica e a complexificação dos elementos que integram o espaço dotado de significado pelo indivíduo em sua ação pessoal e coletiva que se modifica e, conseqüentemente, ressignifica a ocupação territorial. O geógrafo Vidal de La Blache destaca que o recorte de um determinado conjunto é:

[...] algo complexo, que resulta conjunto de um grande número de aspectos e da maneira como eles se combinam e se modificam uns aos outros. É preciso ir além e reconhecer que nenhuma parte da Terra contém em si mesma sua explicação. Só se descobre o jogo das condições locais com alguma clareza quando a observação se eleva para além de tais condições quando se é capaz de apreender as analogias naturalmente conduzidas pela generalidade das leis terrestres. [...] Na realidade, a Terra é um todo cujas diferentes partes se esclarecem mutuamente. Seria colocar uma venda nos olhos estudar uma região isoladamente, como se ela não fizesse parte de um conjunto (*apud* RIBEIRO, 2012, p. 25).

A correlação entre múltiplos fatores, como expõe o excerto do pensamento de Vidal de la Blache, é um aspecto indissociável da História Local como um estudo que reconhece o território como um elemento que não se restringe às linhas geográficas, aos símbolos sociais, às características naturais ou às trocas comerciais. O estudo da História Local observa o território como um híbrido das distintas dimensões que apresentam singular historicidade, ou seja, o localismo reconhece o território como um espaço dotado de significado pela ação humana – e suas múltiplas dimensões – de acordo com o momento histórico de sua vivência que constitui uma identidade particular em meio ao conjunto global.

Essa definição conceitual dialoga com o espaço ocupado pela História Local nos ambientes de aprendizagem e letramento, sobretudo os acadêmicos. O artigo *A Word about Local History* lança as bases de entendimento sobre a essencialidade dessa temática no processo de ensino-aprendizagem e do reconhecimento territorial como o elemento central na experiência comunitária da vida do indivíduo: “O fato de que um professor opta por ensinar a história local mostra [...] que seu propósito não é familiarizar seus alunos com eventos, mas despertar neles um interesse sociológico e um hábito de observação social” (HALL, 1904, p. 483).

A formação, constituída da História Local, propicia uma relação autônoma do docente e dos estudantes em relação conjunta no ambiente escolar, constituindo uma posição de aula investigativa em que se mobiliza a função de professor(a)-pesquisador(a) e de aluno(a)-pesquisador(a). Com isso, o localismo se afasta de ideários que recortam essa área de estudo como um agrupamento de datas e lugares estanques para se aproximar de uma observação social e crítica da memória como elemento de consciência territorial, identitária e histórica.

A identidade – característica particular de determinado território – se interconecta com a observação global da História em que os aspectos comuns mobilizam um reconhecimento individual com o coletivo se assentando em padrões geográficos, culturais, políticos e sociais que dialogam ou divergem entre si. A complexidade desses elementos constrói o significado da História Local nos ambientes de aprendizagem em que:

Cada lugar tem suas especificidades e precisa ser entendido por meio da série de elementos que o compõem e de suas funções. [...] não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros lugares (2008, p. 171-172).

O ensino de História Local, portanto, é o reconhecimento do território como um elemento mutável imerso na política, na geografia, na sociedade, na economia, na natureza e,

sobretudo, na História que mobiliza um significado comum que une as particularidades com as universalidades. Ou seguindo as palavras de Graça Filho: “[...] não é possível conhecer o todo sem as partes, nem as partes sem o todo” (2009, p. 11-12).

Mapeamento analítico dos currículos: as diretrizes metodológicas para a investigação curricular do ensino de História Local

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidade individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 7-8).

A construção dos currículos, como destaca a obra *Sociologia e Teoria crítica do currículo*, emerge como um mecanismo de hierarquização de biografias, temporalidades, metodologias, territórios, enfim, dos elementos que dotam a vida humana de significados. Sendo assim, reflexionar sobre o espaço do local/regional no letramento dos licenciandos em História exige compreender as bases que estruturam os seus processos formativos: o currículo.

Compreendendo essa ponderação teórica, a primeira etapa desta pesquisa se dá no mapeamento das instituições estaduais do norte brasileiro que oferecem os cursos de Licenciatura em História. Dessa forma, foi possível identificar que três instituições, de um conjunto total de cinco Universidades Estaduais públicas presentes na região norte, estão inseridos nos princípios que fundamentam a presente investigação, cabendo destacar: a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e a Universidade Estadual de Roraima (UERR).

A efetividade dos cursos de História, em tais estruturas acadêmicas, se dá por 19 matrizes curriculares ativas em múltiplos níveis, modalidades, turnos e unidades de ensino. Todos os cursos ofertados, por todas as instituições analisadas, são Licenciaturas que ocorrem matutivamente na UEPA, no período noturno na UERR e, por fim, a UEA oferece dois modelos para o curso de História: o convênio PARFOR-NESCO-UEA² que acontece pelas manhãs nas unidades de Manaus e de Coari, e o curso oferecido por distintos campi universitários: Uarini, Maraã, Fonte Boa e Tonantins com a escala integral; Tefé com oferecimento dos turnos matutino, vespertino e noturno; Coari com o horário noturno; Manacapuru com o turno

² Programa de formação de professores da rede pública que não possuem formação adequada em sua área de atuação em que se oferece uma segunda graduação a partir do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e com planejamento do Núcleo de Ensino Superior de Coari (NESCO).

Vespertino e com o Noturno; e, finalmente, Parintins com o oferecimento de todos os horários com exceção do período integral.

A investigação das matrizes curriculares dessas instituições estaduais organizou-se a partir da formação básica dos estudantes do curso de Licenciatura em História, ou seja, disciplinas obrigatórias que todos os estudantes necessitam realizar para a obtenção dos seus diplomas. Essa escolha metodológica oportuniza refletir quais os conhecimentos os docentes e futuros docentes, formados nessas Universidades, mobilizaram em suas trajetórias de letramento e, conseqüentemente, como o local/regional estará presente na sua vida profissional.

É evidente que esta pesquisa é caracterizada por uma amplitude das fontes que exige um árduo trabalho de leitura, mapeamento, identificação e catalogação das disciplinas das matrizes curriculares ativas das Universidades Estaduais do Norte do Brasil. Pensando nisso, proponho um conjunto de padrões metodológicos que facilitará a interpretação dos resultados, além de evitar possíveis equívocos investigativos que poderia incorrer caso não fossem adotados. Destaco os seguintes pontos: I - Identificação, setorização e classificação das disciplinas em dois grupos: obrigatórias e obrigatórias associadas ao local/regional; II - Estruturação de uma análise de possíveis padrões de proporcionalidade entre as disciplinas; III- Recorte analítico das disciplinas por horário; IV - Mapeamento temático das disciplinas associadas ao local/regional.

Para o desenvolvimento desta análise foi necessário, primeiramente, compilar os distintos Projetos Políticos Pedagógicos, de cada curso investigado, identificar as matrizes curriculares inseridas nesses documentos institucionais e, por fim, classificar e setorizar os componentes entre os obrigatórios e os obrigatórios associados ao local/regional. Nesta etapa foi possível, a partir de uma consulta digital aos repositórios institucionais das instituições acadêmicas, qualificar e quantificar as fontes para os objetivos organizados na análise do localismo/regionalismo nos currículos das Licenciaturas em História do Norte.

A escolha pela História Digital como metodologia de busca, seleção e catalogação das fontes da futura pesquisa se dá pela facilidade de armazenamento da documentação extensa – capacidade, pela disponibilidade digital das fontes pelas instituições acadêmicas investigadas – acessibilidade, pela oportunidade de comparação e diferenciação entre os documentos de maneira mais simples – flexibilidade – e, sobretudo, a possibilidade de utilizar os dados, observados nas fontes, em gráficos com maior facilidade – manipulabilidade (COHEN; ROSENZWEIG, 2006). Essa escolha metodológica simplificará esta etapa da pesquisa, possibilitando uma observação sobre as teorizações e conceitos histórico-pedagógicos que as disciplinas mobilizam na formação dos discentes das Licenciaturas em História.

Com o término da interpretação e categorização documental será possível mapear o espaço do local/regional nas instituições acadêmicas investigadas, bem como nos mais variados horários dos cursos nessas Universidades. O estudo avançará na leitura temática e territorial que esses componentes obrigatórios, associados ao localismo/regionalismo, trabalham com os licenciados em História.

A amplitude documental desse estudo, portanto, exige que esse detalhamento de categorias, ferramentas metodológicas e de estratégias procedimentais das fontes utilizadas ocorra para que, na sua leitura crítico-analítica, haja significado dos dados obtidos. Sendo assim, já é possível considerar a percepção dos resultados desta pesquisa no próximo eixo.

História Local/Regional nas Universidades Estaduais Nortistas: um panorama atual da formação dos licenciandos de História

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996, p. 9).

O processo de ensino-aprendizagem, como o excerto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação evidencia, ocorre a partir de fundamentos nacionais quem tentam equalizar um padrão de qualidade comparável entre os heterogêneos territórios integrados ao Brasil. Entretanto, o (re)conhecimento e a valorização das especificidades histórico-territoriais são esteios de uma perspectiva multicultural que a legislação brasileira preconiza. Com isso, emergem necessidades formativas que mobilizam as bases do sistema educativo: os docentes.

O ensino de História, especialmente o de História Local/Regional, figura como um importante instrumento de aproximação territorial dos estudantes com os aspectos temporais, geográficos, sociais e com os distintos processos históricos experienciados pelas comunidades, bairros, cidades, grupos sociais, aglomerados econômicos, enfim, a partir de inúmeras classificações que se modificam de acordo com o objeto a ser mediado e/ou pesquisado. A formação do docente, licenciado em história, é primordial para acompanhar a complexidade teórica, metodológica e prática da ação educativa centrada nesses aspectos do localismo e do regionalismo.

A ação do professor-pesquisador, licenciado em História, passa a ser envolta de inúmeras demandas formativas que envolvem múltiplos agentes sociais, políticos, ideológicos e, sobretudo, comunitários. O território, em que a instituição escolar está inserida, reivindica

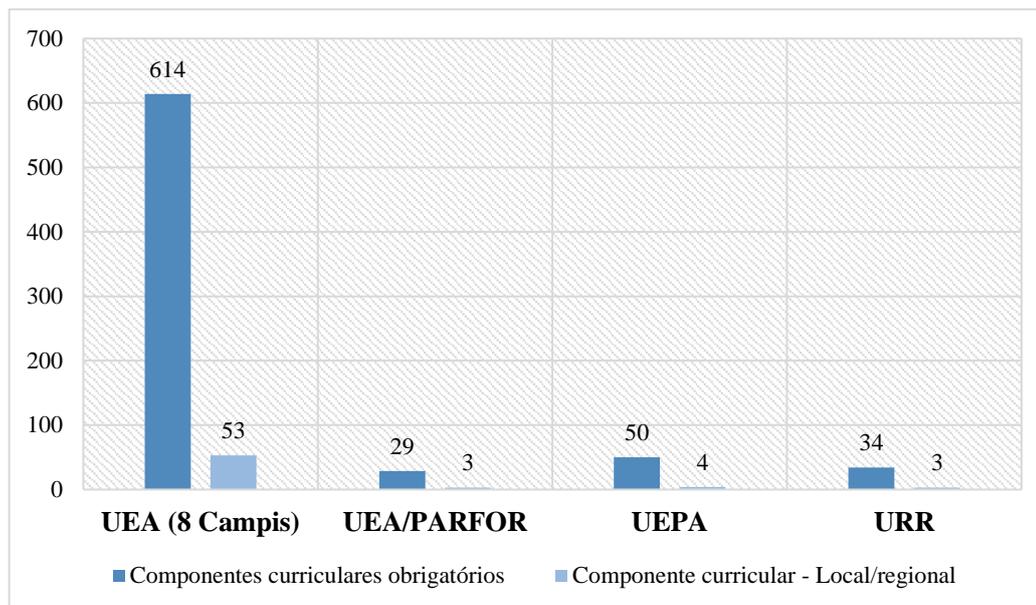
discussões que, por vezes, escapam das diretrizes padronizadas e reposicionam a função social do docente de História. Nesse sentido, a formação docente é primordial na habilidade de mobilização de aparatos pedagógicos capazes de corresponder aos aspectos locais da sociedade, cultura, economia, em síntese, o espaço que dá significado aos ambientes escolares. Essa preocupação formativa pode ser observada no excerto do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UERR:

Preparar profissionais para o exercício da docência e pesquisa, capazes de dominar os saberes teórico-práticos e metodológicos necessários ao ofício de professor e de historiador e aptos a compreender a sociedade brasileira nas suas múltiplas peculiaridades, numa perspectiva crítica, articulando os conhecimentos construídos ao longo do curso com a história local e universal e sua inter-relação com as diversas áreas do conhecimento (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA, p. 10, 2014).

Uma docência crítica, atenta as perspectivas teórico-metodológicas e hábil na correlação do local com o global é, como o excerto do PPP do curso de Licenciatura em História da UERR demonstra, a base de um letramento que identifica a multiplicidade histórico-territorial como uma oportunidade de aproximação das particularidades e complexificação com as universalidades. De maneira igual, o letramento dos discentes de História da UEPA segue esses princípios, como é observado em seu documento institucional: “de acordo com os objetivos do Curso, o Licenciado em História deverá: [...] j- Selecionar e organizar conteúdos de História de modo a assegurar sua aprendizagem pelos alunos, a partir da realidade discente, bem como da cultura local” (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, 2008, p. 22).

Esses documentos institucionais, entretanto, devem ser acompanhados de uma leitura pormenorizada dos componentes curriculares com o intuito de mensurar a proporção do local/regional como elemento obrigatório das matrizes, bem como mapear as temáticas e analisar estatisticamente essas disciplinas por instituições e turnos. Pensando nisso, a presente investigação, das matrizes curriculares dos cursos de História, mapeou uma extensão de 727 disciplinas obrigatórias que ocorrem nas 12 unidades universitárias estaduais de Roraima, do Pará e do Amazonas. Por outro lado, foi possível identificar 63 disciplinas, de temáticas associadas ao local/regional, que aparecem como obrigatórias nos cursos. Como é possível observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Mapeamento do currículo das Licenciaturas de História



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Os resultados, detalhados acima, evidenciam um processo formativo centrado em elementos basilares no estudo histórico – teorizações historiográficas, padrões metodológicos das pesquisas, reflexões pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem em história, dinâmicas práticas da efetiva ação do ensino, entre outras múltiplas áreas inseridas no letramento obrigatório de um licenciado em história. É significativo observar que o local/regional logrou êxito em cristalizar-se como elemento basilar na formação dos licenciandos em história do norte, bem como se institucionalizou em currículos de distintas Universidades Estaduais da região.

Essa realidade pode ser reconhecida a partir da correspondência de 614 componentes obrigatórios para 53 disciplinas associadas ao local/regional na UEA, na intersecção 29 matérias fundamentais para 3 componentes interligados ao localismo/regionalismo na UEA/PARFOR, na correlação 50 disciplinas obrigatórias para 4 matérias conectadas aos aspectos locais/regionais na UEPA e, por fim, no padrão 34 componentes basilares para 4 disciplinas relacionadas ao local/regional. Entretanto, é indispensável considerar o caráter burocrático assumido pelas matrizes curriculares, ou seja, é possível que outras disciplinas, classificadas como apenas obrigatórias, trabalhem com estruturas metodológicas, procedimentais e teóricas associadas aos estudos do regionalismo/localismo e que, por ventura, não foram classificadas ou categorizadas em associação ao território nortista.

O delineamento do que é considerado local e/ou regional, e o que não é, está sujeito a uma fluidez classificatória que não se limita a recortes concretos. Com isso, a presente investigação reconhece que a concepção territorial, estritamente mobilizada para a pesquisa das

matrizes curriculares das instituições acadêmicas do Norte, repousa na ideia de recorte administrativo, geográfico e/ou cultural de determinada região. Apropriando-se da definição da obra *O campo da história*:

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (BARROS, 2013, p.152).

Essas ponderações podem ser associadas ao processo de ensino-aprendizagem da história, bem como à ação pedagógica mediada pelo professorado. Ponderando que o local/regional no aprendizado histórico deve se distanciar das restrições que a “história do meu bairro”, “a história do meu estado” e/ou a “história da minha região” acabam por engendrar em suas delimitações estritamente geográficas. Para tanto, é imprescindível mobilizar uma docência que articule as escalas analíticas, local-regional-nacional-transnacional-global, para dotar de significado o conhecimento histórico. A obra *Reflexões sobre o desenvolvimento regional* realiza uma significativa percepção sobre a temática:

A ideia da não fragmentação dos conteúdos faz com que uma proposta de história regional não deva abordar o regional estanque em si mesmo, mas fazer a leitura do regional a partir de uma relação articulada entre o local e o global, entendendo-se o regional como o intervalo necessário entre o local e o global (SCHALLENBERGER, 2003, p. 21).

O localismo e o regionalismo figuram como elementos de enraizamento histórico-territorial, de reconhecimento identitário e de territorialização sociocultural que criam potencialidades que a história, como disciplina escolar, deve ter como um instrumento de articulação dos conhecimentos históricos com as experiências que os estudantes, em seus ambientes comunitários, acabam por realizar cotidianamente. Com isso, as matrizes curriculares que moldam a formação docente são indicadores significativos das metodologias a serem adotadas, os recortes a serem feitos, as correlações de escalas a serem mobilizadas, enfim, a mediação, ou não, daquilo que:

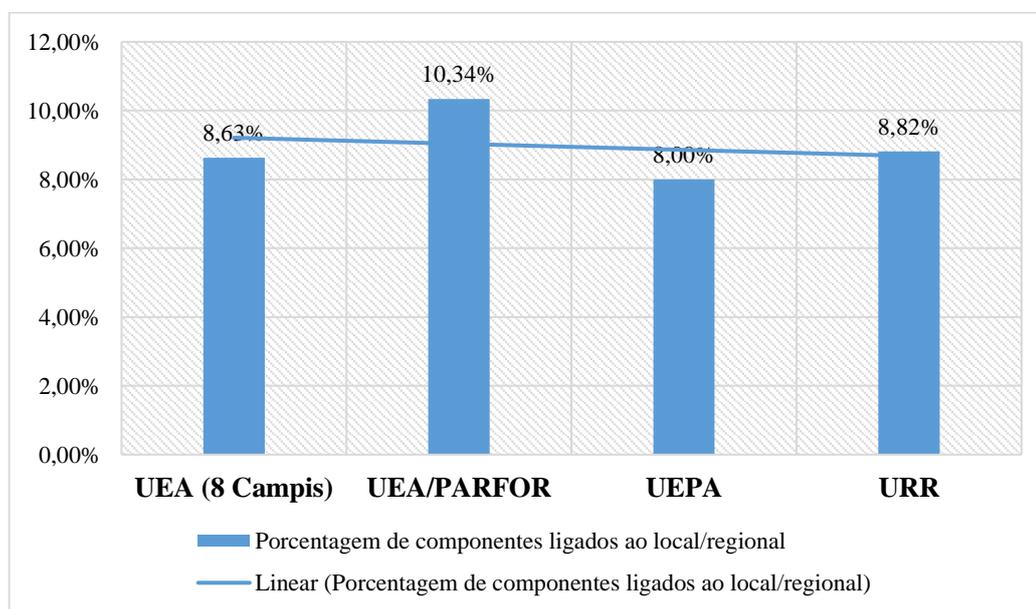
[...] pretende se distanciar da velha narrativa de um passado morto, sem significado para a maioria dos homens e mulheres do presente, porém busca constituir um novo olhar histórico, onde o objeto de estudo se torne dinâmico, problematizador e mais próximo do pesquisador, conseqüentemente, possibilitando uma verdadeira relação entre o passado e o presente, que proporcione aos estudantes a elaboração de uma concepção crítica acerca do

mundo em que vive, capaz de suscitar possíveis transformações na sociedade em que estão inseridos (SILVA, 2013, p. 5).

Os currículos dos cursos de Licenciatura em História da UEA, UEA/PARFOR, UEPA e URR indicam uma trajetória formativa calcada em um arcabouço teórico, metodológico e da prática docente que, para além das pesquisas e estudos regionais, (re)conhece as particularidades territoriais, as instrumentaliza para um aprendizado histórico com significado para os discentes e, sobretudo, ressignifica um aglomerado de “conteúdos” os transformando em um conjunto de potencialidades no conhecimento histórico. Sendo assim, é possível considerar um padrão regional instituído nas Universidades Estaduais para o espaço ocupado no local/regional em suas matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em História.

Ao retornar para os resultados estatísticos desta análise, é possível identificar que esse padrão está centrado no quantitativo entre as disciplinas obrigatórias e os componentes obrigatórios associadas ao localismo/regionalismo. Os eixos formativos em história local/regional das Universidades Estaduais nortistas ocupam uma extensão que varia de 8 a 10,34% da totalidade curricular de seus cursos, esse panorama é observável no próximo gráfico:

Gráfico 2 - Proporção da História Local nos currículos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

A proporcionalidade das disciplinas obrigatórias, associadas ao local/regional, indica uma preocupação formativa, seja da coordenação institucional dos cursos, seja dos corpos docentes, em que os conhecimentos históricos e, especialmente, o letramento profissional dos licenciandos em história, futuros professores, estejam territorializados com as particularidades culturais, com as expressões sociais, com as disputas político-territoriais, com as tensões

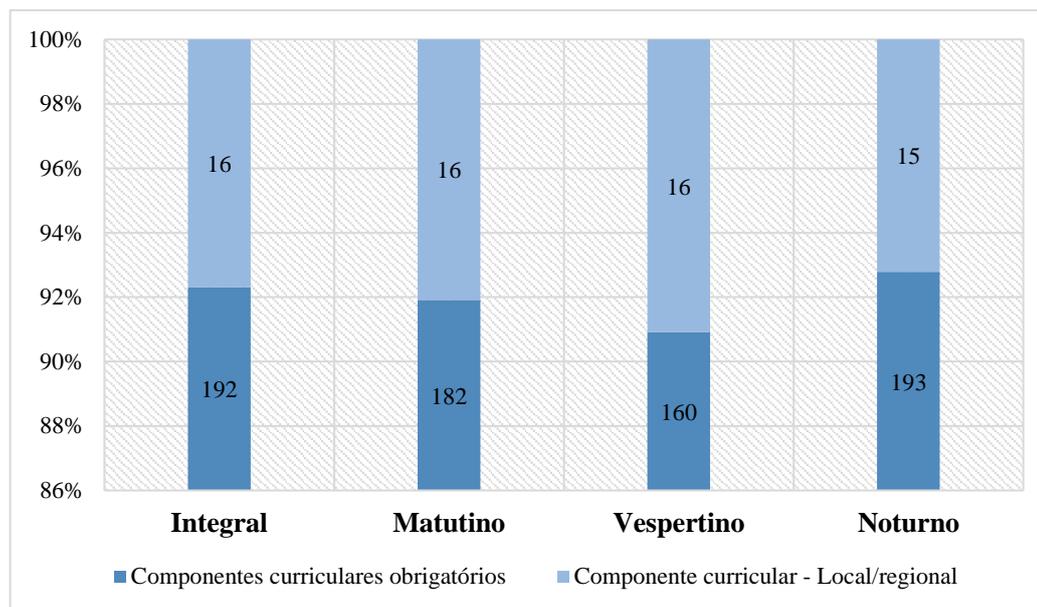
econômicas desses locais, em síntese, um projeto de memória em que o estudante é agente histórico de transformação. Esse argumento é lapidado por inúmeras indagações do artigo *Currículo, cultura e formação de professores*:

Que professores estão sendo formados, por meio dos currículos atuais, tanto na formação inicial como na formação continuada? Que professores deveriam ser formados? Professores sintonizados com os padrões dominantes ou professores abertos tanto à pluralidade cultural da sociedade mais ampla como à pluralidade de identidades presente no contexto específico em que se desenvolve a prática pedagógica? Professores comprometidos com o arranjo social existente ou professores questionadores e críticos? [...] Professores capazes de uma ação pedagógica multiculturalmente orientada? (MOREIRA, 2001, p. 43).

Avaliar que professorado, formado em história, está entrando nas salas de aulas, qual formação teórica, intelectual e metodológica recebeu para mediar os aspectos ligados ao local/regional, além de mensurar como se dará ação docente em balancear os conteúdos obrigatórios, demandados por diretrizes nacionais, com os conhecimentos histórico-territoriais dos estudantes nos indicam qual letramento, esses profissionais, experienciaram em suas graduações. As Universidades Estaduais do Norte, ao institucionalizarem parte significativa de seus componentes para o local/regional, demonstram uma preocupação formativa que tem consequências diretas no espaço que o localismo ocupa nos currículos e na prática docente no ensino básico, posto que todos os cursos são Licenciaturas em História.

Essa preocupação formativa se estende para outro fator primordial na observação crítico-analítica do espaço ocupado pelo local/regional nas matrizes: a disposição dos componentes curriculares obrigatórios, associados ao localismo/regionalismo, nos distintos turnos/horários. Os padrões, detectados na observação regional dos dados, se repetem na investigação dos cursos por turnos, em que o local/regional ocupa: 8,33% dos cursos em tempo integral; 8,79% das disciplinas oferecidas pelos cursos matutinos; 10% da matriz curricular dos cursos vespertinos; e, por fim, 7,77% dos cursos noturnos. Esses dados ficam mais detalhados na leitura do gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Espaço da História Local nos distintos turnos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

A proporcionalidade do local/regional nos quatro diferentes turnos, em Universidades territorialmente distantes, é outro profícuo indicador de que o processo formativo dos aspectos teóricos, metodológicos e práticos do localismo independem do perfil do alunato, mas pertence à um projeto que molda o profissional da área de história que, certamente, quando visto sob a necessidade de mobilizar suas habilidades de ensino e pesquisa do regional/local terá uma memória de conhecimento balizada por sua formação.

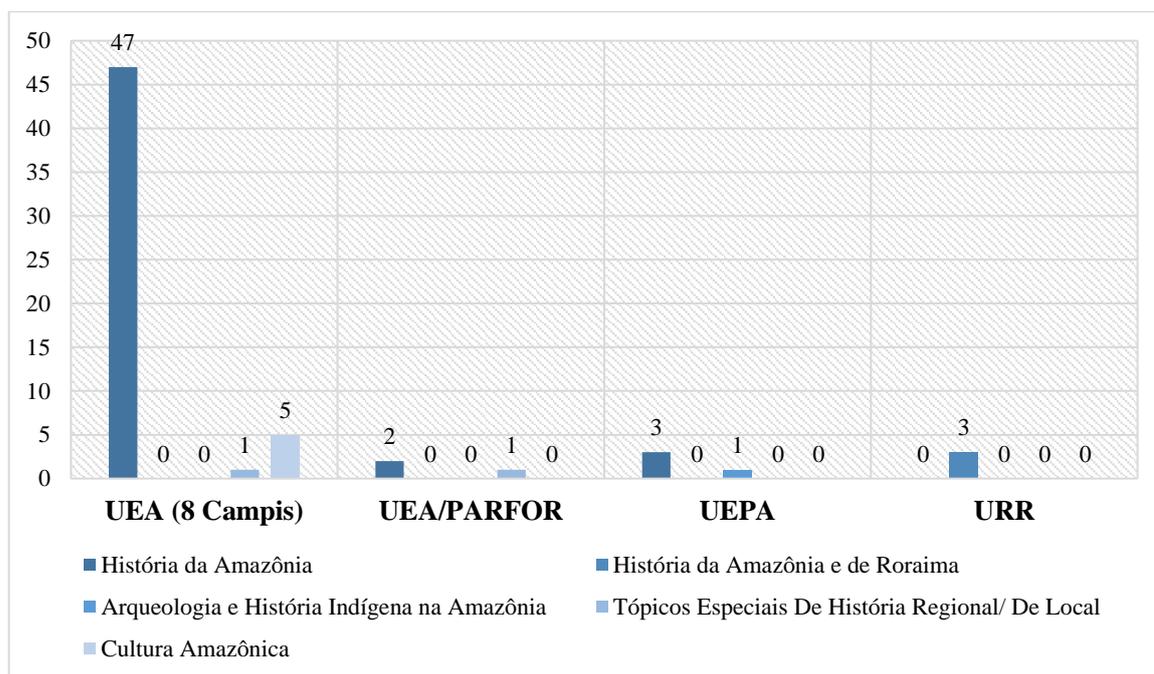
É essencial, da mesma forma, reforçar que esse projeto de formação se dá em espaços de intensa heterogeneidade em que cursos matutinos possuem um delineamento distinto de cursos integrais, bem como a composição dos cursos noturnos é heterogênea da formação das Universidades em horário vespertino. O modelo de formação associado ao local/regional, como já exposto, não está centrado em horários ou em unidades acadêmicas específicas, não é um programa piloto de uma Universidade e de outra não, muito pelo contrário esse é um projeto de localismo/regionalismo que compreende o currículo como um alicerce da identidade múltipla que compõe a Região Norte. Essas relações entre as matrizes curriculares, as identidades e a multiculturalidade estão postas no artigo *Currículo, cultura e formação de professores*:

Considerar o caráter multicultural da sociedade no âmbito do currículo e da formação docente implica respeitar, valorizar, incorporar e desafiar as identidades plurais em políticas e práticas curriculares. Implica, ainda, refletir sobre mecanismos discriminatórios ou silenciadores da pluralidade cultural, que tanto negam voz a diferentes identidades culturais, silenciando manifestações e conflitos culturais, como buscam homogeneizá-las em conformidade com uma perspectiva monocultural (MOREIRA, 2001, p. 41).

O (re)conhecimento e a valorização das “diferentes identidades culturais”, como ressalta o professor-pesquisador Antônio Moreira, são elementos que se efetivam no cotidiano da sala de aula com a incorporação institucional da heterogeneidade como esteio de uma efetiva matriz curricular. Sendo assim, podemos considerar que as instituições acadêmicas do norte brasileiro, especificamente os cursos de história, pluralizam as percepções culturais, prezam pelas particularidades locais, evidenciam a multiplicidade entre os seus territórios e, fundamentalmente, legitimam esse projeto de vida, memória e história.

A institucionalização do localismo/regionalismo, como componente curricular, fica evidente no panorama estatístico apresentado nesta investigação curricular. É, de maneira semelhante, primordial ir para adiante dos dados qualitativos e percorrer uma análise das matrizes curriculares, da UEA, da UEA/PARFOR, da UEPA e da URR, que pondere quais temáticas específicas estão sendo mobilizadas nesses componentes obrigatórios do processo formativo dos estudantes. Esses dados são delineados na observação do gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Temática das disciplinas de História Local



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

A leitura temática das disciplinas obrigatórias, associadas ao local/regional, indica uma preocupação histórico-territorial com a Amazônia, como é possível observar nos seguintes dados: 52 disciplinas nomeadas *História da Amazônia*, 5 elementos curriculares denominados *Cultura Amazônica*, 3 componentes intitulados *História da Amazônia e de Roraima*, 2 disciplinas designadas *Tópicos especiais de História Regional/Local* e, finalmente, 1

componente disciplinar intitulado *Arqueologia e História Indígena na Amazônia*. Esses recortes geográficos são indicativos de um padrão de letramento que engendra na formação docente um instrumento de (re)conhecimento dos territórios em que ação profissional do futuro professor se efetivará.

A correlação histórico-territorial é primordial para a mobilização de um aprendizado histórico dotado de significado pedagógico, ou seja, o local/regional não é um mero aglomerado de datas, locais e “personagens” inseridos em determinado limite geográfico, mas é uma ferramenta que potencializa um letramento hábil no reconhecimento das particularidades em meio ao universal, da multiplicidade da agência histórica, da heterogeneidade territorial dos fatos históricos, enfim, na habilidade de mediar um processo de ensino-aprendizagem significativo para a comunidade. Essa relação entre o local/regional e o letramento dos licenciandos em História, entretanto, deve dialogar com um ideário que “[...] reconheça a efetiva complexidade da realidade concreta e suas representações, sem, contudo, perder de vista o modo como as regiões se articulam com as diferentes dimensões dos sistemas que as contém”. (RECKZIEGEL, 1999, p. 21).

Essas potencialidades do local/regional necessitam ser entendidas na leitura das ementas das disciplinas com o intuito de evidenciar um panorama que não se limita aos padrões burocráticos das matérias acadêmicas. Tomemos como exemplo a Universidade Estadual de Roraima que apresenta em sua matriz curricular três variantes da disciplina *História da Amazônia e de Roraima*. Esses componentes são estruturados a partir de uma linha temporal dos “fatos históricos” vivenciados nos territórios amazônico e roraimense. Isso fica evidente nos excertos das ementas dessas disciplinas:

HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E DE RORAIMA I

EMENTA: Estudo das origens e da constituição da sociedade Amazônica e Roraimense. Sociedades indígenas pré-colombianas. O debate historiográfico sobre as sociedades pré-conquista. A ilha das Guianas. A conquista. Trabalho indígena e africano: escravidão e liberdade. Região, fronteira e meio ambiente. A Coroa e o espaço amazônico. Sociedade e mestiçagem. Extrativismo, lavoura e questões ambientais.

[...] HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E DE RORAIMA II

EMENTA: A Amazônia e o vale do rio Branco no nascimento da nação: Independência e Cabanagem. Extrativismos, agricultura, pecuária e meio ambiente. Políticas Indigenistas do Império e da República Velha. Movimentos migratórios, trabalho e questões ambientais. Modernidade, Urbanização e sua relação com a natureza amazônica.

[...] HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E DE RORAIMA III

EMENTA: Transformações econômicas, políticas e culturais na Amazônia e em Roraima, da era Vargas ao momento presente. Os soldados da borracha. A criação dos Territórios Federais. Políticas de integração nacional. O Golpe de 1964 e os movimentos de contestação. Novas correntes migratórias,

urbanização, pobreza e meio ambiente. A redemocratização. Os movimentos camponeses e indígenas, garimpos e a questão ambiental. A década de 90 e a primeira década do século XXI: a luta pela terra, novas lideranças e o reordenamento na estrutura de poder e da questão ambiental na região (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA, 2014, p. 31).

A construção de uma cronologia histórica, especificamente nessas disciplinas, que perpassa os primórdios dos povos originários da região até as experiências territoriais no Século XXI exerce uma função facilitadora da mediação da temática no letramento dos discentes em que a territorialidade passa ser compreendida em sua relação com a temporalidade (BITTENCOURT, 2008, p. 212). O fator temporal dos processos históricos regionais dialoga com os fatos nacionais, evidenciando uma preocupação multiterritorial em que a complexidade da História assume centralidade e, conseqüentemente, afastando uma observação estanque do localismo nortista.

Do ponto de vista histórico-territorial é primordial destacar a correlação escalar que essas disciplinas engendram em suas compreensões do local/regional. As abordagens mediam um aprendizado que detalha os espaços amazônico e roraimense, mas não apresentam uma concentração geográfica desses territórios. O professor-pesquisador Rogério Haesbaert defende que essa metodologia de investigação e mediação mobiliza uma “[...] concepção ‘multiescalar’ e não exclusivista do território [que] trabalha com a ideia de território como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural)” (2007, p. 77).

A perspectiva híbrida do território fica evidente nas preocupações com os estudos sobre a “região, fronteira e meio ambiente” das disciplinas dos cursos analisados, além da mobilização da História Local como um constructo de múltiplas escalas em que se considera outros territórios – regional, nacional, transnacional e global – como constituidores dos processos históricos locais. As matrizes curriculares das Licenciaturas em História das Universidades Federais do Norte brasileiro mobilizam um letramento enraizado em seu múltiplo território, mas hábil em reconhecer as interconexões que constroem as particularidades locais no espaço global histórico. Essa perspectiva dialoga com as ponderações de Fernand Braudel:

[...] a geografia deixa de ser um fim em si para converter-se em um meio; nos ajuda a recriar as mais lentas realidades estruturais, a ver o todo em uma perspectiva segundo um ponto de fuga da duração mais ampla. Também a geografia pode, como a história dar resposta a muitos indagadores. E em nosso caso, nos ajuda a descobrir o movimento quase imperceptível da história [...] (1981, *apud* GRAÇA FILHO, 2009, p. 22).

A mediação do localismo no letramento de licenciandos de História atua como um movimento de conhecimento, reconhecimento e afirmação dos múltiplos elementos – internos e externos – que constituem significado ao conjunto social, político, econômico e cultural de determinado território. Essa mobilização preserva os fundamentos da relação entre o território e o sentimento de pertencimento em que “Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o ‘apegar-se à terra’, a reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível [...] para manter viva a memória” (HAESBAERT, 1999, p. 185).

A multiterritorialidade é a resposta metodológica, conceitual e pedagógica para a desconstituir a desterritorialização do ensino de História. É necessário mobilizar um aprendizado consciente das múltiplas dimensões do território, construindo uma visão heterogênea e dinâmica sobre a História Local a partir das ferramentas que dão significado ao ambiente escolar: a autonomia docente, a valorização dos territórios escolares, a produção de currículos conectados à multiterritorialidade e, sobretudo, a relação entre a pesquisa, legislação e prática pedagógica.

O localismo é múltiplo, heterogêneo, dinâmico e se produz, especialmente, por muitos caminhos que perpassam distintos territórios, nomes e datas. Localizar-se em seu ambiente escolar é multiterritorializar-se, conhecer o seu território é reconhecer a multiplicidade que nos cerca, enfim, a História Local é essencialmente uma História Multiterritorial.

Conclusão

Ao longo dessa pesquisa foi possível compreender o espaço do localismo no letramento teórico, metodológico e prático experienciado pelos licenciandos em História das Universidades Estaduais da Região Norte do Brasil. As ponderações teóricas desta investigação apontam para o uso do território como o fundamento para a adequada mediação da História Local no processo de ensino-aprendizagem e, sobretudo, no letramento de licenciandos. Sendo assim, a multiplicidade do território é a estrutura da relação heterogênea dos processos históricos que reconhece a agência dos indivíduos, afastando as teorias que regimentam o localismo como um padrão geográfico isolado das distintas relações – regionais, nacionais, transnacionais e globais.

A investigação sobre o território, fundamentado no olhar das correlações, compreende a política, a sociedade, a cultura, a natureza, a econômica e os símbolos como ferramentas de definição dos contornos que sustentavam a História, além de o efetivo papel do pesquisador

que, fundamentado em seus objetivos, determina o sentido que busca na observação das dimensões particulares do conjunto universal. Com isso, a territorialidade e a temporalidade assumem centralidade na definição conceitual, teórica e metodológica sobre a tipologia de localismo, os fundamentos que regimentam essa observação e as concepções pedagógicas que as constituem significado.

Ao final deste percurso, é possível observar que as Universidades Estaduais do Norte estruturaram múltiplos projetos formativos que reconhecem a História Local, em sua multiplicidade de escalas e correlações, como um elemento essencial do currículo e da formação básica dos discentes das Licenciaturas em História. Com isso, os futuros docentes, formados nessas instituições, possuem um arcabouço teórico, metodológico e conceitual hábil no reconhecimento da pluralidade que ressalta as particularidades locais em correlação com as universalidades históricas da memória histórica.

Essa centralidade formativa do localismo, correlacionado aos aspectos globais da História, ocorre em distintos turnos das instituições acadêmicas estaduais do Norte, valorizando os múltiplos perfis do alunato. O professor ou a professora de História, com formação acadêmica nessas Universidades, apresenta um letramento que propicia uma mobilização do local como uma ferramenta de consciência histórica e enraizamento territorial das suas investigações e, sobretudo, da sua prática docente.

A investigação evidenciou que as matrizes curriculares dessas instituições acadêmicas compreendem a História Local como um mecanismo de análise teórico-metodológica dos processos históricos em suas múltiplas escalas de investigação, além de ser um instrumento da relação da futura atuação do docente com o território que o espaço escolar ocupa. O letramento dos licenciandos em História das Universidades estaduais do Norte brasileiro constrói um aprendizado consciente das múltiplas dimensões do território em que o localismo possibilita uma ação dinâmica entre a autonomia docente, a valorização dos territórios escolares, a produção de currículos conectados à multiterritorialidade e, sobretudo, entre a pesquisa, a extensão e a prática pedagógica.

A História Local não possui o compromisso de aproximar, enraizar e conectar o estudante ao território estanque, puro, isolado e concreto que apresenta uma história linear, dos grandes feitos de um punhado de homens, sem relação com o ambiente histórico global e que não representa a complexidade dos processos históricos, as tensões, as lutas, enfim, a História. A efetividade pedagógica da metodologia do localismo tem significado por reconhecer que o indivíduo não ocupa o território, mas ocupa e vivencia muitos territórios, que não é um ser

isolado, mas que é forjado nas suas distintas relações de dominação, subjugação, afeição e associação, que não se autoconstrói historicamente, mas que é subsidiário das histórias.

A História Local nas Licenciaturas de História das Universidades Estaduais do Norte brasileiro mobiliza uma ação de multiterritorialidade que reconhece que o aprendizado desta temática exige complexidade, correlação de múltiplas dimensões e, sobretudo, interconexões conscientes dos debates pedagógicos produzidas por licenciandos, futuros docentes, que experienciam uma integral relação da prática curricular com a constante pesquisa de suas ações e, por fim, por pesquisadores e pesquisadoras que relacionam suas pesquisas com a comunidade, com a escola e com os estudantes.

Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em 13 de dezembro de 2020.

COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. **Digital history: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the web**. Filadélfia: Universidade da Pensilvânia, 2006.

GRAÇA FILHO, Afonso. **História, Região & Globalização**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro, 2007.

HALL, Jennie. A word about local history. **The elementary school teacher**, Chicago, v. 4, n. 7, p. 483-488, 07 mar. 1904. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/992715>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LE GOFF, Jacques. Centro/Periferia. In: _____; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Bauru: EDUSC, 2006.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. Currículo, cultura e formação de professores. **Educar em revista**, 2001, n.17, pp.39-52. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 15-22, jun. 1999.

RIBEIRO, G. Geografia Humana: fundamentos epistemológicos de uma ciência. In: HAESBAERT, R.; RIBEIRO, G.; PEREIRA, S. N. (Org.). **Vidal Vidais – Textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SCHALLENBERGER, E. Reflexões sobre o desenvolvimento regional. **Cadernos – Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional**, Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2003.

SILVA, Luis Carlos Borges dos Santos. A importância do estudo de História Regional e Local na educação básica. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277415_ARQUIVO_ArtigoHistoriaRegional_NATAL_.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

SILVA, Samara Mendes Araújo. Novas metodologia de história no ensino local: A Gincana Cultural como Estratégia Didática para o Ensino de História do Piauí. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, 2011, São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300847543_. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE AMAZONAS. Conselho Universitário. **Resolução Nº 40/2015 - CONSUNIV/UEA**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de História - Segunda Licenciatura, oferecido pela UEA por meio do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), para os municípios de Coari e Manaus, vinculado ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor). Resolução Nº 40/2015 - CONSUNIV/UEA, Manaus, 11 ago. 2015. Disponível em: <http://xfiles.uea.edu.br/data/legislacao/ato/p7232.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE AMAZONAS. **Resolução Nº 78/2013-CONSUNIV**. Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, oferecido no Centro de Estudos Superiores – Manaus, 30 de dezembro de 2013. Disponível em <<https://cursos1.uea.edu.br/index.php?dest=view&mode=curriculo>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História**, Pará, p. 1-72, 2008. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/prograd/index.php/downloads/ppc/ccse/191-projeto-pedagogico-curso-de-historia/download.html>. Acesso em: 12 jul. 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História**, Roraima, p. 1-52, 2014. Disponível em: <https://uerr.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/projeto-curso-de-historia-uerr.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020.